

PARTICIPANTES DE SEMINÁRIO EM BRASÍLIA PEDEM AGILIDADE NA REGULAMENTAÇÃO DE LEI DE CONTROLE DO TABACO

A Aliança de Controle do Tabagismo - ACT promove, de 13 a 15 de agosto, em Brasília, o V *Seminário Alianças Estratégicas*, reunindo organizações de saúde, direito do consumidor, direitos humanos, educação, meio ambiente, além de representantes de órgãos governamentais. O objetivo é debater caminhos e soluções para o controle do tabagismo e outros temas de saúde pública com integrantes da Rede ACT, formada por mais de 700 organizações e profissionais de diversas áreas de atuação de todo o país. Este seminário também celebra os cinco anos de atuação da ACT, e haverá o lançamento de novos materiais. O encontro será no Hotel Manhattan Plaza, no Setor Hoteleiro Norte.

Na terça-feira, dia 14, às 11h, haverá um debate entre representantes do governo, sociedade civil, academia, parlamento e agência internacional sobre a interferência da indústria do tabaco na formulação e efetivação das políticas públicas de controle do tabaco no Brasil. Já confirmaram presença Helvécio Magalhães, chefe da Secretaria de Assistência à Saúde (SAS); José Agenor Álvares, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Glauco Oliveira, da Organização Pan Americana de Saúde (Opas); e Vera da Costa e Silva, da Fundação Oswaldo Cruz.

VISITA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE E AÇÕES NA CÂMARA E NO SENADO

Às 18h, um grupo de participantes do seminário irá ao Ministério da Saúde, conversar com o ministro Alexandre Padilha e pedir urgência na regulamentação da lei 12.546/11. Esta lei, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no final do ano passado, institui ambientes fechados livres de tabaco em todo o país e proíbe a publicidade nos pontos de venda, mas precisa ser regulamentada para entrar em vigor. Há nove meses as organizações esperam a regulamentação e ainda não tiveram acesso ao seu texto.

“Com a proximidade das eleições municipais, a preocupação das organizações reunidas em Brasília é que esteja havendo interferência indevida da indústria do tabaco no processo, pois do ponto de vista técnico já se sabe o que deve ser regulamentado. Há exemplos nacionais bem sucedidos de leis antifumo e dezenas de exemplos internacionais de proibição de publicidade nos pontos de venda, além de tratado internacional com diretrizes do que deve ser feito. A decisão agora é política e está nas mãos do Ministério da Saúde e da Casa Civil”, afirma Paula Johns, diretora executiva da ACT.

O Brasil é signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tratado global de saúde pública que traz uma série de medidas comprovadamente eficazes para prevenir a iniciação no tabagismo e estimular a cessação.

A Convenção-Quadro aborda temas como propaganda, publicidade e patrocínio, advertências, marketing, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e impostos, etc. (<http://www.actbr.org.br/pdfs/CQCT.pdf>)

Antes, a partir das 15h, as entidades visitarão Secretaria Geral da Mesa Diretora da Câmara, e defenderão o desapensamento por blocos temáticos de centenas de projetos de lei de interesse coletivo sobre temas como regulação de tabaco, álcool, agrotóxicos, publicidade infantil, entre outros. Eles tramitam há mais de 20 anos na Casa e ainda não tiveram o debate público merecido, se encontrando no limbo legislativo. Estudo feito pela consultoria jurídica da Mesa Diretora em 2010 orienta nesse sentido, e lista sete possíveis blocos temáticos. Todavia, ainda não houve definição a respeito por parte do Presidente da Câmara, deputado Marco Maia, e questiona-se a efetividade do parlamento, que continua pensando novos projetos ao PL 4846/1994, e, nessa 54ª legislatura, não constituiu comissão especial para analisar as proposições.

Outro tema na agenda das entidades no Congresso é pedir a rejeição do PDC 3034/2010, da autoria de Luiz Carlos Heinze (PP-RS), um dos representantes dos interesses da indústria do tabaco na Câmara dos Deputados. Esse PDC tenta derrubar a RDC 14/2012 da Anvisa, aprovada em março de 2012 com previsão de entrada em vigor em setembro de 2013, que proibiu aditivos como menta e cravo nos cigarros. A resolução representa o cumprimento do mandato da Anvisa de regulação de produtos do tabaco, conta com ampla aprovação popular (75% segundo o Datafolha), além de ser importante medida de prevenção do tabagismo entre adolescentes. O projeto do Dep. Heinze é um exemplo clássico da utilização da representação pública para defesa de interesses privados.

No Senado o grupo manifestará seu apoio ao PL 154/2012, do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que estabelece embalagens iguais para produtos de tabaco, padronizadas em termos de forma, tamanho, modo de abertura, cor, fonte. São as chamadas embalagens genéricas, livre de marcas, design e logos. Este é outro dos temas importantes para prevenção a iniciação no tabagismo entre adolescentes e jovens, uma vez que a embalagem é hoje uma das principais formas de publicidade utilizada pelas empresas. Mais informações no link: http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/738_embalagem_generica.pdf

DADOS SOBRE TABAGISMO

O tabagismo é a principal causa evitável de mortes no mundo. São 5,4 milhões de mortes anuais, de acordo com a OMS e 130 mil no Brasil, segundo estudo da ACT. Além disso, é fator de risco para doenças crônicas e incapacitantes, aposentadorias precoces e tabagismo passivo.

De acordo com o maior estudo produzido no país, pela ACT, sobre carga das doenças relacionadas ao tabagismo, os custos com tratamento de doenças tabaco-relacionadas no Brasil são da ordem de R\$ 21 bilhões anuais, mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de tributos por ano. O relatório completo deste estudo pode ser acessado em http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/726_Relatorio_Carga_do_tabagismo_Brasil.pdf



Aliança de Controle do Tabagismo

Nove em cada dez fumantes começam a fumar antes dos 19 anos. A nicotina causa a dependência, que os mantém fumando durante a vida adulta, e é sabido que o tabagismo mata um em cada dois fumantes de longa data. Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, utilizando dados do Vigitel, 60% dos adolescentes entre 13 e 15 anos se iniciam no tabagismo com cigarros mentolados.

Para mais informações, entre em contato com nossa assessoria de imprensa:

Anna Monteiro

(21) 7864-3970

anna.monteiro@actbr.org.br